

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano II - Nº 309 - Brasília, quarta-feira, 11 de setembro de 1996



Presidida por Gilberto Miranda, a CAE ouve as explicações de Elcio Alvares e Antonio Kandir em defesa do projeto do governo

Reestruturação da dívida pode ser votada amanhã

O Senado aprovou urgência para projeto de resolução que autoriza a União a realizar operações de reestruturação dos bônus da dívida externa. A matéria pode ser votada na sessão de amanhã. Em reunião pela manhã, a CAE já havia votado parecer sobre o assunto.

Página 5

Ney Suassuna apresenta pacote contra a violência

Com dois projetos de lei e duas emendas constitucionais, o senador Ney Suassuna quer combater a violência que amedronta as cidades. Um dos projetos acrescenta artigo ao Código Penal para considerar criminosos os pais ou responsáveis pelo menor de idade que cometa infrações. Uma das emendas reduz de 18 para 16 anos a idade a partir da qual uma pessoa pode ser condenada por crime. **Página 8**

Acordo garante urgência para isentar exportações

Governo aceita retirar da proposta artigos que impediriam estados pobres de conceder incentivos destinados a atrair indústrias



Artur da Távola e José Eduardo Dutra na homenagem à Fenaj

Senadores destacam papel da Fenaj, que faz 50 anos

Por iniciativa do senador José Eduardo Dutra, o Senado homenageou ontem a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), que comemora neste mês 50 anos de existência. O papel da Fenaj contra a censura,

em favor da democratização dos meios de comunicação e na defesa dos jornalistas foi destacado pelos diversos senadores que participaram da homenagem à entidade.

Página 3

Em sessão extraordinária, no início da noite, o Senado aprovou urgência para o projeto de lei complementar que isenta de ICMS os produtos destinados a exportação. A votação foi precedida do anúncio do líder do governo no Senado, Elcio Alvares, de que o governo havia concordado em eliminar da proposta os artigos que, na prática, impedem os estados pobres de conceder incentivos fiscais para atrair indústrias.

A necessidade de mudanças no texto do projeto começou a ser discutida em uma reunião de quase duas horas, no gabinete de Elcio Alvares, entre as lideranças partidárias e o ministro do Planejamento. O debate prosseguiu na Comissão de Assuntos Econômicos, quando Kandir disse que o projeto vai estimular a competitividade da economia. **Páginas 4 e 5**

Senado e Itamaraty lançam A vida do Barão do Rio Branco

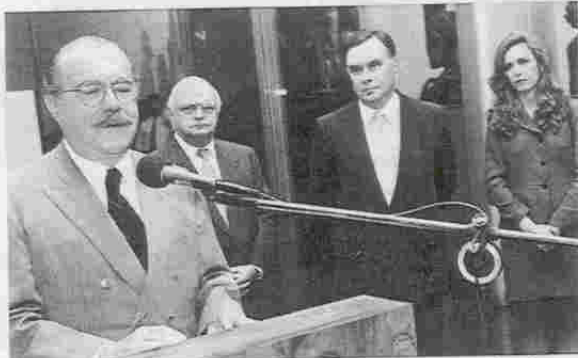
A reedição do livro de Luís Vianna Filho sobre o diplomata contou também com a parceria da Fundação Alexandre de Gusmão

"Homenagear o Barão do Rio Branco é uma maneira de mantermos vivos os valores dos nossos grandes homens públicos, que servirão de exemplo para a concretização da nacionalidade."

A afirmação foi feita ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, durante o lançamento da nova edição do livro *A Vida do Barão do Rio Branco*, de autoria do ex-senador Luís Vianna Filho.

Sarney disse que o Barão do Rio Branco constitui um dos maiores estadistas que o País já teve e congratulou o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, pela realização conjunta da homenagem ao Barão do Rio Branco e ao escritor Luís Vianna.

- É com grande orgulho que o Senado é o cenário de lançamento da biografia do Barão do Rio Branco - afirmou Sarney. - Luís Vianna não era apenas um grande escritor, mas também um grande político e, nesta Casa, ele permanecerá em seus anais pela contribuição que deu aos as-



Sarney e Lampreia participam da homenagem ao barão

suntos de natureza política, registrada nos ensinamentos que constam em seus discursos e nos trabalhos legislativos.

PARCERIA

A reedição do livro *A Vida do Barão do Rio Branco* é resultado de uma parceria envolvendo o Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores e a Fundação Alexandre de Gusmão. A solenidade de lançamento da obra contou com as presenças do ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, e, representando a família do

autor Luís Vianna, da neta Cláudia Vianna Garcia.

Em seu discurso, o ministro Luiz Felipe Lampreia frisou que o escritor Luís Vianna era um homem de imensa sabedoria e que o livro conta, de maneira muito apropriada, a história de um grande vulto que o Brasil possuiu.

Por sua vez, o presidente da Fundação Alexandre de Gusmão, embaixador João Clemente Soares, agradeceu a parceria com o Senado, que possibilitou o relançamento do livro.

Previdência vai ter déficit de R\$ 1,3 bi em 96

O secretário-executivo do Ministério da Previdência e Assistência Social, José Cechim, admitiu ontem, na Comissão Mista de Orçamento, que o déficit orçamentário da Previdência para este ano, no item benefícios, deverá ficar em torno de R\$ 1,3 bilhão. Ele informou que uma série de medidas administrativas está sendo preparada para evitar a repetição do déficit.

Durante audiência pública sobre a Proposta Orçamentária para 1997, que tem como relator-geral o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), Cechim revelou que, entre as medidas a serem adotadas, está a melhoria dos sistemas de arrecadação, fiscalização e controle, o que permitiria um acréscimo de até R\$ 500 milhões.

Cechim considerou provável uma mudança nas alíquotas pagas pelos clubes de futebol, que, acentuou, "em muitos casos representam menos de 1/3 do que estabelece a lei". Outro ponto a ser corrigido é a contribuição dos aposentados rurais, pois, assinalou o secretário, dos 6 milhões de aposentados no campo, no ano passado, apenas 2 milhões contribuíram para a Previdência.

Agenda do Dia

PRESIDENTE Senador José Sarney

10h - Despachos internos

10h30 - Recebe a senadora Emília Fernandes, a bancada feminina do Congresso e a presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Rosiska Darcy de Oliveira.

11h - Recebe o presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae nacional, Guilherme Afif Domingos.

11h30 - Recebe Jorge Chammas e o prefeito de Itajaí - SC, Arnaldo Schimmidt.

12h - Recebe o presidente da República da Coreia, Kim Young Sam.

14h30 - Preside sessão deliberativa do Senado.

PLENÁRIO

10h - Sessão deliberativa extraordinária do Senado

Pauta: Continuação da votação, em turno suplementar, do "Substituto do Senado ao PLC nº 73/94, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: votação em primeiro turno da "PEC nº 23/96, que trata da inelegibilidade; segundo dia de discussão em segundo turno das "PECs" nºs 22 e 30/96, que trata da criação de municípios e da reforma da educação, respectivamente; e último dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 43/95, que trata de mandatos eletivos.

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 41/95, que limita as taxas de juros reais em 12% ao ano; "PEC nº 44/95, que altera os arts. 153 e 156 da Constituição, no que diz respeito ao ITR; "PEC nº 47/95, que institui a Justiça Agrária; "PEC nº 12/91, que cria o Conselho Nacional de Justiça; "PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário aos produtos da cesta básica; e "PLS nº 17/96 (terminativo), que regulamenta os seguros-saúde. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Audiência pública sobre a Proposta Orçamentária para 1997, tendo como palestrantes o ministro dos Transportes, Alcides José Saldanha e o secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal. Plenário 14 da Câmara.

14h30 - Subcomissão Especial destinada ao estudo e proposição de projeto de lei complementar previsto no art. 165, parágrafo 9º, da Constituição.

Pauta: Apresentação do anteprojeto de lei complementar. Plenário 16 da Câmara.

15h - Comissão Mista sobre a MP nº 1.465-6/96, que acrescenta parágrafo 5º ao art. 4º da Lei nº 8.884/94.

Pauta: Instalação, eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho.

Homenagem aos 50 anos da Federação dos Jornalistas

Luta contra a censura e pela democratização dos meios de comunicação é destacada por parlamentares

O papel desempenhado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) na luta contra a censura, pela democratização dos meios de comunicação e em defesa dos jornalistas foi destacado ontem por diversos senadores, durante homenagem da Casa à entidade, que comemora este mês 50 anos de existência. A homenagem, feita durante o período de expediente do senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

Dutra afirmou que o Brasil somente poderá superar os obstáculos que o separam das nações mais desenvolvidas se puder contar com a colaboração de uma imprensa, "na exata expressão do professor Mangabeira Unger", que não esteja prostrada ante nossos governantes e a elite dominante deste país.

O senador Valmir Campello (PTB-DF) destacou a atuação da Fenaj no "longo e sofrido processo de restabelecimento da democracia e do estado de direito no Brasil. Segundo o senador, sem descuidar das questões sindicais, a entidade tem-se notabilizado, nos últimos anos, pela oportuna e intensa discussão acerca da responsabilidade social dos jornalistas, bem como o seu necessário engajamento no movimento pela democratização das comunicações no País.

Por sua vez, o senador Romeu Tuma (PSL-SP) disse que são os jornalistas, através dos órgãos de imprensa, que democratizam a informação e, democratizando-a, asseguram a existência do Estado democrático de direito, sem o qual, acentuou, não há como reco-



Américo Antunes, da Fenaj, agradece a homenagem do Senado

nhecer a legitimidade de qualquer casa legislativa.

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) também elogiou o papel desempenhado pela Fenaj na luta pela liberdade de imprensa e de informação, mesmo quando "passamos momentos difíceis no sistema político brasileiro". Ela assinalou que, na "época da ditadura", os jornalistas colaboraram na edição de jornais da comunidade, que se constituíram em instrumento de luta pela redemocratização do País.

Já o senador Artur da Távola (PSDB-RJ), alegando que a lei comum é suficiente para punir os crimes de imprensa, manifestou-se contra a aprovação de uma lei para punir os crimes cometidos por jornalistas e defendeu uma maior preocupação da categoria com a ética no exercício da profissão. "Não temos instrumentos de autodefesa ética da profissão de jornalista e temos que intensificar essa discussão. Defendo que a imprensa seja a principal interessada nisso", disse.

Távola elogiou a luta da

Fenaj pela liberdade de pensamento, propondo que essa liberdade seja tanto a de o jornalista informar imparcialmente como a da população ser eticamente informada, a fim de que, livremente, possa exercer seu direito de escolha e de opção. O senador disse que o jornalista é a matéria-prima da imprensa e exerce hoje a profissão com extrema dificuldade. "O jornalista deixou de ser a figura romântica e boêmia do jornalismo clássico e passou a ser um agente da comunicação e da informação", acentuou.

Ao final da homenagem, o presidente da Fenaj, Américo Antunes, agradeceu os discursos dos senadores e enumerou os pleitos cuja aprovação a Fenaj aguarda no Legislativo. Disse que o Conselho de Comunicação Social, embora criado em 1992, até hoje está à espera de regulamentação no Congresso, e acrescentou que igualmente aguarda votação na Câmara dos Deputados o projeto de Lei de Imprensa de autoria do senador Josaphat Marinho (PFL-BA).

Sarney debate problemas sociais com Adolfo Esquivel

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem a visita do pensador argentino Adolfo Esquivel, Prêmio Nobel da Paz, com quem conversou a respeito de alguns temas da questão social brasileira, em especial os problemas dos menores de rua e da impunidade e a necessidade de se avançar no processo de reforma agrária.

De acordo com Esquivel, Sarney manifestou preocupação com a impunidade, "um tema presente em toda a América Latina e que representa obstáculo ao aprofundamento de um verdadeiro processo democrático". A ideia de se reduzir de 18 para 16 anos a idade de responsabilização criminal dos jovens registrou consenso entre Sarney e Esquivel quanto a sua impropriedade.

Atenção, usuários de antena parabólica, repetidoras e operadoras de TV a cabo

Informações para recepção do sinal da TV Senado

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência TX (Banda - C) - 5869,40 Mhz

Frequência RX (Banda - C) - 3644,40 Mhz

Frequência RX (Banda - L) - 1505,60 Mhz

Antena - 3,6 m

LNB - Temperatura 25 k (Amplificador de Baixo Ruído)

Receptor de Vídeo/Audio Digital

NTSC Spectrum Saver - Modelo: N6S

Integrated Receiver/Decoder (IRD)

Fabricante: CLI (Compressed Digital Video)

Fornecedor: COMSAT - Fone (019) 772 9600

Obs.: Fixar o Data Rates em 6,6 Mb/s.

"O jornalista deixou de ser a figura boêmia e romântica"

Estados pobres podem manter incentivos

Governo concorda em eliminar do projeto sobre ICMS os artigos que impedem atração de indústrias. Com acordo, a proposta poderá ser votada amanhã

O líder do governo no Senado, Elcio Alvares (PFL-ES), informou ontem à noite que o governo concordou em eliminar do projeto que acaba com o ICMS sobre produtos destinados a exportações os artigos que, na prática, impedem que um estado pobre ou do interior conceda incentivos para atrair indústrias. "Só falta decidir se isso será feito por vetos do presidente da República ou se o plenário do Senado deve aprovar a supressão desses artigos", disse Elcio, em entrevista. Os senadores aprovaram no início da noite de ontem, em sessão extraordinária, urgência para o projeto, o qual poderá ser votado amanhã (dia 12).

Pela manhã, a Comissão de Assuntos Econômicos discutiu o assunto e, por sugestão do líder do PT, senador José



Reunião na CAE: governadores serão convidados para debate

Eduardo Dutra (SE), os senadores da CAE decidiram convidar todos os governadores para um fórum nacional sobre as questões tratadas no projeto do ICMS.

O relator do projeto, senador José Fogaça (PMDB-RS), defendeu a necessidade de os senadores serem "rápidos e eficazes" na negociação da maté-

ria. Fogaça explicou sua posição, lembrando que a adoção das medidas propostas no projeto depende de alguns prazos fixados pelo próprio texto.

Antes da reunião da CAE, a necessidade de modificações foi discutida durante quase duas horas, no gabinete do líder do governo no Senado, por lideranças partidárias e pelo minist-

do do Planejamento, Antonio Kandir. O ministro terá hoje, às 10h, reunião com as lideranças políticas, no Senado, quando se decidirá se haverá vetos do presidente da República ou supressão pelos próprios senadores.

Na reunião da manhã da CAE, José Fogaça informou ter recebido um telefonema do presidente do Senado, José Sarney, dando conta de que as presenças da Câmara e do Senado, após a interpretação da Constituição, concluíram que as matérias que estão sendo revisadas pelos senadores não precisam retornar à Câmara se forem objeto de emendas supressivas integrais. Esse entendimento foi considerado polêmico pelo próprio relator, e questionado pelos senadores Jáder Barbalho (PMDB-PA) e Roberto Requião (PMDB-PR).

Para ministro, economia fica mais competitiva

O ministro do Planejamento, Antonio Kandir, defendeu ontem, em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, o projeto que isenta de ICMS os produtos semi-elaborados destinados à exportação, apresentado por ele quando deputado e endossado pelo governo. Segundo o ministro, a parte mais importante do projeto é o estímulo ao aumento da competitividade da economia.

- É um passo forte para o barateamento da produção no Brasil. Qual o objetivo principal? É sustentar e fortalecer o processo de retomada sustentada do desenvolvimento econômico - disse.

Kandir afirmou que o projeto procura aumentar os efeitos positivos do Plano Real, dando grande impulso ao crescimento econômico, mediante, entre outras

medidas, a redução drástica no custo do investimento. Disse ainda que a retirada do ICMS da produção significa um acréscimo na variação do PIB de 1,5% ao ano, e que, num prazo de quatro anos, a produção poderá crescer no mínimo 110 bilhões de reais.

O ministro apelou aos senadores para que examinassem a matéria o mais rápido possível, porque a aprovação do projeto na Câmara gerou uma expectativa da Nação quanto à mudança proposta no regime tributário.

Após a exposição do ministro, os senadores discutiram o projeto. Jáder Barbalho (PMDB-PA) e Waldeck Ornelas (PFL-BA) defenderam a necessidade de serem retirados

do texto os dispositivos sobre incentivos fiscais. O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) afirmou que o projeto não poderia ter sido aprovado na Câmara, porque cabe ao Executivo a iniciativa de leis que promovam mudanças tributárias.

O líder do PT, senador José Eduardo Dutra (SE), criticou o fato de a Casa, segundo ele, sempre manter o texto que vem da Câmara, e defendeu debate mais aprofundado sobre a matéria. Humberto Lucena (PMDB-PB) considerou lamentável que o Senado esteja constantemente homologando as decisões da Câmara, e pediu providências para a omissão do projeto em relação ao recolhimento do diferencial de alíquota do ICMS. Na mesma linha, o senador

Geraldo Melo (PSDB-RN) disse que "o Senado renuncia a votar o projeto como acha que deve ser e aprova o que acha que não devia ser votado, para depois o Presidente vetar".

Pedro Simon (PMDB-RS) qualificou o projeto de inconstitucional, afirmando que a Constituição não permite isenção do ICMS de produtos semi-elaborados, e o senador Roberto Requião (PMDB-PR) sugeriu que o governo, em acordo com o relator, mantivesse no texto apenas o que é essencial, para facilitar a votação da lei. Também discutiram o projeto os senadores Gerson Camata (PMDB-ES), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Mauro Miranda (PMDB-GO). A reunião foi presidida pelo senador Gilberto Miranda (PMDB-AM).

Senadores defendem debate mais profundo sobre projetos aprovados pela Câmara

Alcântara defende votação do projeto original do ICMS

Segundo o senador, o projeto apresentado pelo então deputado Antonio Kandir foi alterado pela Câmara a ponto de "caminhar na contramão da História e ameaçar a Federação"

Criticando as mudanças que o projeto de alteração da cobrança do ICMS sofreu desde sua apresentação na Câmara,



Alcântara

pelo então deputado Antonio Kandir, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) ponderou ontem que mais sensato seria votar o texto inicial. "O mais prudente é retomar o projeto original de Kandir", aconselhou o senador, explicando que o texto divulgado pela imprensa como capaz de desonerar a incidência do ICMS sobre produtos semi-elaborados para diminuir o "custo Brasil" e estimular a atividade empresarial é muito diferente do texto que se encontra no Senado.

- O que estamos examinando no Senado não é nada disso. O projeto que Kandir apre-

sentou como deputado federal foi enxertado na Câmara com uma série de mudanças que não estão relacionadas com exportação de produtos semi-elaborados e que não vêm ao

encontro dos interesses nacionais, porque não significam a agregação de empregos - friso.

Comentando a notícia de que o texto foi alterado em ra-

ção de sugestões apresentadas pelos secretários de Fazenda estaduais, ele reagiu: "Não me venham dizer que os secretários de Fazenda podem decidir tudo". O senador criticou um artigo que, em sua opinião, dá um enorme poder de fogo à Zona Franca de Manaus. Ele reconheceu que a região é crítica e extremamente pobre, mas sustentou que o artigo que visa a beneficiá-la não acaba com a guerra fiscal entre os estados, "mas institui o extermínio fiscal".

Lúcio Alcântara estranha o fato de que nenhum órgão da imprensa falou sobre esse artigo. "Será por que é a indústria paulista que vai se instalar na Zona Franca de Manaus?", indagou ele, acusando também o projeto de dar um poder quase absoluto à Suframa. Em sua opinião, o projeto caminha na contramão da História e ameaça a Federação brasileira.

Mauro celebra acordo em benefício de todos

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) comemorou o fato de que estão praticamente afastadas as mudanças constantes do projeto de alteração da cobrança do ICMS que, em sua opinião, ameaçavam o equilíbrio econômico do País, visto que arriscavam a sobrevivência dos estados de menor poder político. "Executivo e Legislativo se entenderam na previsão dos alcances da medida, tanto no que ela tem de bom quanto no que tem de ruim, e



Mauro

caminha-se para um acordo que pensa mais no País e menos na perpetuação de privilégios para o eixo Centro-Sul", disse ele.

Mauro mencionou a sensibilidade do ministro Kandir, ao prometer, com base em entendimentos com o Presidente, que os artigos contestados pelo Congresso serão vetados dentro de um acordo que permitirá a aprovação do texto integral do projeto de lei complementar pelo Senado.

URGÊNCIA PARA TROCA DE TÍTULOS DA DÍVIDA EXTERNA

O plenário do Senado aprovou no início da noite de ontem, em sessão extraordinária, pedido de urgência para o projeto de resolução que autoriza a União a realizar operações de reestruturação dos bônus da dívida externa, contemplando a troca de papéis, a emissão de novos títulos para substituição dos antigos, com vistas ao alongamento de prazos ou redução de encargos. O projeto será votado na sessão de amanhã (dia 12).

Pela manhã, a Comissão de Assuntos Econômicos havia aprovado parecer elaborado a partir de um acordo entre Roberto Requião (PMDB-PR) e Wilson Kleinübing (PFL-SC), com a contribuição do Banco Central.

Conforme o projeto de re-

solução proposto no parecer, aquelas operações "deverão resultar necessariamente em benefícios para o Brasil, especialmente em termos de maximização do deságio a ser obtido pela União na recompra ou troca dos títulos, redução do estoque dos encargos da dívida, alongamento dos prazos ou melhoria do perfil do endividamento externo do setor público brasileiro".

O projeto estabelece ainda que o Banco Central preste contas ao Senado, mediante o envio de relatório sobre cada operação.



Requião



Kleinübing

Conforme a proposição, quando se tratar de operação cujo valor cumulativamente atinja o limite de US\$ 500 milhões,

a CAE deverá, no prazo de 10 dias úteis, emitir parecer sobre o relatório de prestação de contas encaminhado pelo BC, ficando vedada nesse período a realização de novas operações.

Na mesma reunião, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou autorizações para os governos de Minas Gerais (R\$ 3,6 milhões) e de Sergipe (R\$ 5,38 milhões) contratarem operações de crédito junto ao Banco do Nordeste e à

Caixa Econômica Federal, respectivamente.

Solicitação da prefeitura de Bauru (SP), no valor de R\$ 1,74 milhão, para contratação de operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal também foi aprovada pela comissão. Os recursos serão destinados à construção de unidades habitacionais no município.

Foram aprovadas ainda operações de crédito para as prefeituras de Fontoura Xavier (R\$ 20 mil) e de Novo Barreiro (R\$ 162,49 mil), ambas do Rio Grande do Sul. Todas as autorizações aprovadas pela CAE receberão urgência em sessão extraordinária do plenário, no início da noite de ontem, e serão votadas na sessão de amanhã.

Simon adverte FHC sobre o papel do Estado

Senador lembra declarações de diretor do FMI defendendo a importância da participação no desenvolvimento econômico e alertando para as consequências do arrocho



Humberto Lucena

Lucena apela em favor de microempresa

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) pediu ontem à Câmara dos Deputados que aprove o mais rápido possível os projetos do senador José Sarney (PMDB-AP) que tratam do novo estatuto da micro e da pequena empresa e do seu regime tributário. O senador também pediu ao presidente Fernando Henrique Cardoso que leve em conta os efeitos positivos dos projetos e os sancione tão logo sejam aprovados pela Câmara.

Lucena entende que seria um erro aceitar a estimativa de que o País perderá R\$ 4 bilhões com as isenções dadas, pelos projetos, às micro e pequenas empresas. Na opinião do senador, o mais importante é que as perdas iniciais poderão ser compensadas com o aumento do número de empresas contribuintes, o que poderá ampliar a arrecadação tributária.

Humberto Lucena pediu, ainda, ao senador Waldeck Ornelas que dê logo parecer sobre projeto de sua autoria que destina R\$ 1 bilhão para financiamentos a taxistas e pequenos empresários. O senador foi apartado pelos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) advertiu ontem que o presidente Fernando Henrique Cardoso deveria tomar conhecimento das posições manifestadas pelo diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Michel Camdessus, sobre as consequências sociais do arrocho econômico produzido por políticas de estabilização na América Latina. Segundo Simon, Camdessus defendeu o papel do Estado no desenvolvimento econômico; lembrou que a Ásia nunca dispensou a participação do Estado em seus planos de crescimento; e afirmou que na América Latina "permanecem os problemas de pobreza, crescimento e decomposição da camada social".

O diretor-gerente do FMI disse, entre outras observações, que é o momento de relaxar um pouco as regras para que haja mais alegria de viver - relatou



Pedro Simon

o senador. - Camdessus deve ser um infiltrado no FMI. O presidente Fernando Henrique Cardoso deve ir saber o que está acontecendo. Deve falar com o seu embaixador em Washington para ver o que esse homem está dizendo.

Pedro Simon reconheceu que, no poder, os militares brasileiros promoveram uma excessiva intervenção do Estado

na economia, quando ao BNDES era permitido até comprar empresas que nada tinham capaz de justificar interesse estatal. A seu ver, foi nessa época que houve intervenção exagerada, não nos governos posteriores de José Sarney, Itamar Franco e Fernando Collor.

Apontando uma frase de Camdessus sobre o fato de que, após o enxugamento do poder público, não aconteceu o milagre econômico que todos esperavam na América Latina, Simon disse que o Brasil, ao contrário, é hoje campeão mundial em decomposição social, visto que em nenhum país do mundo as diferenças entre ricos e pobres são tão gritantes. Ele também observou que se Michel Camdessus estivesse no governo brasileiro, "o presidente Fernando Henrique Cardoso já o teria defenestrado".

Odacir pede atenção à reforma do Judiciário

O senador Odacir Soares (PFL-RO) chamou a atenção da Casa para o teor "candente e polêmico" do substitutivo apresentado pelo deputado Jairo Carneiro a projetos da Câmara dos Deputados que versam sobre a reforma do Judiciário.

Segundo o senador, embora a matéria ainda não tenha sido aprovada pelos deputados, o Senado deve estar alerta para, quando chegar o momento, evitar que o Legislativo seja esvaziado das suas competências constitucionais, tal como teme o advogado Sérgio Ferraz, membro da

comissão especial indicada pela OAB para analisar o projeto.

Odacir Soares explicou que o estudo de Ferraz, publicado no *Jornal do Conselho Federal da OAB*, demonstra que, se o substitutivo for aprovado, será estabelecida "a ditadura do Judiciário", enquanto o Legislativo se transformará "num simples grêmio de políticos". O resultado seria o fim da própria estrutura da República e "um retrocesso judiciário e institucional sem precedentes na história do País".

Para Odacir Soares, da reforma do Judiciário deve



Odacir Soares

"resultar uma instituição revitalizada, ágil, eficaz e, sobretudo, democraticamente sintonizada com a cidadania em seus anseios pela extirpação da impunidade, das discriminações, dos privilégios e da improbidade na vida pública brasileira".

Entra em pauta projeto que dá assistência a portadores de HIV

Senado coloca também na ordem do dia propostas de proteção a testemunhas e de criação de área de livre comércio de Brasília

O plenário do Senado decidiu no início da noite de ontem, em sessão extraordinária, aprovar urgência para o projeto do senador José Sarney (PMDB-AP) que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a distribuir gratuitamente toda medicação necessária aos doentes de Aids e aos portadores do HIV. O projeto poderá ser votado pelo plenário na sessão de amanhã. A medicação terá incluídos os esquemas terapêuticos avançados na recente Conferência Internacional sobre Aids, no Canadá, e que passaram a ser conhecidos como "coquetel de drogas" ou "esquema tríplice".

Os senadores concordaram também em colocar na Ordem do Dia, para votação, projeto de lei do senador Júlio Campos (PFL-MT) que autoriza os juízes a concederem proteção para testemunhas ou parentes

de testemunhas ameaçados por colaborarem com a Justiça. O juiz poderá determinar não só escolta policial para os ameaçados, como também preservação de sigilo de identidade, ajuda financeira por até quatro anos e hospedagem em local seguro.

O senador Edison Lobão (PFL-MA) apresentou ontem, em plenário, parecer favorável a um projeto que concede pensão especial de R\$ 300 por mês aos dependentes de José Ivanildo Sampaio de Souza, morto na Polícia Federal, em Fortaleza, em outubro do ano passado. É uma situação inédita, pois o Ministério da Justiça reconheceu a responsabilidade do Estado pela integridade do detido e propôs a indenização antes que a família do morto o fizesse. O projeto permanecerá cinco dias à espera de

emendas, devendo ser votado em seguida.

Também foi colocado na Ordem do Dia, para votação em breve, projeto do senador Lauro Campos (PT-DF) que cria a área de livre comércio de Brasília. Os senadores decidiram adiar para o dia 22 de outubro a votação da proposta de emenda constitucional, de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que autoriza os municípios a promoverem desapropriações, por interesse social, de áreas destinadas a urbanização, mediante prévia e justa indenização.

O plenário aprovou dois acordos externos firmados pelo governo brasileiro com a Ucrânia. Tratam-se de acordos de cooperação econômica e de isenção de visto para os portadores de passaportes diplomáticos e de serviço.



Júlio Campos

Júlio Campos quer acabar com a "cultura do silêncio"

O senador Júlio Campos (PFL-MT) defendeu ontem, em plenário, projeto de sua autoria que cria um amplo programa de proteção às vítimas ou testemunhas de crime. Ele pretende, com a medida, acabar com a "cultura do silêncio" que, a seu ver, vem se desenvolvendo no País pelo temor dos brasileiros em colaborar com a Justiça.

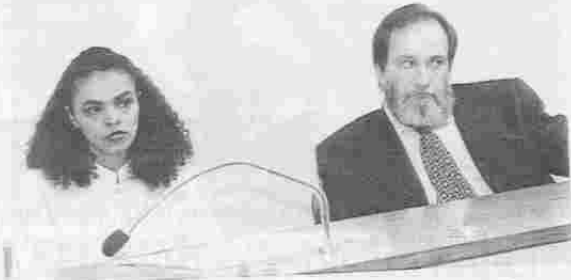
O programa proposto abrange, entre outras, as seguintes providências: escolta e vigilância policial na moradia e local de trabalho; hospedagem em local seguro; preservação de sigilo de identidade e dados pessoais; assistência pessoal; e assistência econômica, quando o protegido ficar impossibilitado, por motivo de segurança, de desenvolver o seu trabalho. Esses benefícios se estendem também a familiares de vítimas ou testemunhas de crimes.

Júlio Campos propõe, ainda, que as vítimas ou testemunhas de crime recebam assistência do Ministério Público para que tenham assegurados os seus direitos e a sua dignidade. Por outro lado, o tribunal deverá comunicar-lhes a liberação do acusado. A participação no programa poderá ser requerida quando a pessoa, por colaborar com a Justiça, encontrar-se sob ameaça, seja esta ao patrimônio, à integridade corporal, à saúde ou à própria vida.

Audiência pública para debater biodiversidade reúne entidades

O senador Osmar Dias (PR) pediu ontem a todos os participantes das audiências públicas realizadas para a discussão do projeto de lei sobre a biodiversidade que escrevam aos parlamentares apelando pela aprovação do texto. Durante reunião promovida pela Comissão de Assuntos Sociais, Osmar Dias, que é o relator do projeto, disse acreditar que se os parlamentares entenderem a importância da matéria votarão a favor da proposta. O projeto em discussão é de autoria da senadora Marina Silva (PT-AC).

A audiência pública reali-



Marina Silva, autora do projeto, e o relator, Osmar Dias

zada ontem na CAS contou com a participação de representantes de diversas entidades governamentais, organizações não-governamentais, professores de universidades federais,

entre outras pessoas interessadas no tema. Durante os pronunciamentos, vários participantes apresentaram críticas e sugestões visando aprimorar a proposta.



Benedita da Silva

Benedita defende ação para deter o roubo de cargas

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) defendeu ontem o substitutivo do senador Ronald Cunha Lima a projeto de iniciativa do Executivo que visa a coibir o roubo de cargas no Brasil, especialmente no eixo Rio-São Paulo. Segundo a senadora, a Justiça brasileira precisa tomar maiores providências contra esse tipo de delito que, conforme explicou, se transformou hoje em uma das mais rentáveis atividades do crime organizado.

Benedita da Silva disse que os roubos de cargas têm causado grandes prejuízos aos produtores, aos transportadores e aos motoristas de caminhões, que muitas vezes são mortos pelas quadrilhas de ladrões.

A senadora afirmou, ainda, que, por falta de uma fiscalização eficaz, o roubo de carros de transporte está sendo associado a outros esquemas. Segundo a senadora, equipes organizadas montaram verdadeiros esquemas, com depósitos, veículos de transporte e indústrias de beneficiamento, para o repasse do produto roubado a comerciantes desonestos, fraudando notas fiscais e causando prejuízos incalculáveis.

Suassuna propõe pacote contra a violência urbana

Senador quer responsabilidade criminal aos 16 anos, extensão da culpa aos pais e pena mais severa a quem porte arma sem licença

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apresentou ontem dois projetos de lei e anunciou que está colhendo assinaturas para duas emendas constitucionais, todos destinados a combater a onda de violência nas grandes cidades, principalmente no Rio e em São Paulo. Uma das emendas reduz de 18 para 16 anos a idade para que uma pessoa possa ser condenada criminalmente.

- Se um adolescente de 16 anos pode escolher seu presidente da República, seu governador ou deputados, está claro que tem capacidade de discernimento e, portanto, pode ser penalizado - afirmou Suassuna.

O primeiro dos projetos de



Ney Suassuna

lei, que começa a tramitar hoje no Senado, acrescenta ao Código Penal artigo que considera criminosos os pais ou responsáveis por menor de idade que cometa infrações. Suassuna citou o caso de um menor de classe média que há cerca de dois anos, no Rio, matou um ex-diretor do Banco Central por ele ter vacila-

do na entrega das chaves de seu carro ao adolescente assaltante.

- Apurou-se depois - disse o senador - que o pai e a mãe do menor se tinham omitido no pátrio poder, inclusive permitindo que o filho abandonasse a escola. Com certeza uma omissão dessas é que abre caminho para que um menor pratique infrações penais.

PORTE DE ARMA

O segundo projeto de lei apresentado por Ney Suassuna prevê prisão pelo prazo de seis meses a dois anos a quem portar, sem licença, arma de fogo. Pela legislação em vigor, isso não é crime, mas apenas contravenção, sujeita a penas de menor gravidade.

Valadares e Dutra pedem tropas federais durante eleições em Lagarto

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) pediu ontem, em plenário, tropas federais no município de Lagarto, em Sergipe, durante as eleições do próximo dia 3, "por causa da violência política na cidade". Ele denunciou que o



Valadares



Dutra

prefeito da cidade, José Raimundo Ribeiro, o "Cabo Zé", agrediu, com ajuda de correligionários, no último fim de semana, o defensor público Jorge Fraga, "uma das pessoas mais dignas da cidade".

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) solidarizou-

se com o defensor público e alertou que esta não é a primeira violência do prefeito José Raimundo Ribeiro, que também já agrediu professores há pouco tempo. Dutra disse que o prefeito é "amigo e compadre do governador Albano Franco, do PSDB, partido do presidente da República, que não concorda com a violência política". O senador do PT também pediu tropas federais durante as eleições no município sergipano.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES JOSÉ SARNEY, JÚLIO CAMPOS, ERNANDES AMORIM, NEY SUASSUNA E VALMIR CAMPELO

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
■ Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal